

INFORMATIVO

PUBLICAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

ANO 11 Nº 57 - 2º Trimestre de 2018

LEI QUE MUDA FNO ENTRA EM VIGOR



Já está em vigor a Lei 13.682, publicada no último dia 20 de junho, no Diário Oficial da União, que altera as taxas e dá mais transparência em empréstimos concedidos pelo Fundo Constitucional Norte (FNO). A lei abrange, ainda, empréstimos concedidos via fundos constitucionais do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). A matéria cria uma fórmula para calcular os encargos nos empréstimos concedidos com recursos dos fundos.

Entre outras mudanças, a lei traz, por solicitação da Sudam, a implementação do “Fator de Localização” na fórmula de cálculo da taxa dos Fundos Constitucionais para diferenciar os encargos dos empreendimentos de forma proporcional ao nível de desenvolvimento intrarregional. O texto abre, ainda, a possibilidade de operacionalização do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) por bancos privados.

OFICINA REÚNE SETORES DO APL DO AÇAÍ

Cerca de 100 trabalhadores que compõem a cadeia produtiva do açaí de 25 municípios da região nordeste do Pará estiveram reunidos para a elaboração do diagnóstico da cadeia produtiva do açaí, durante a “Oficina de Planejamento da Rota do Açaí na Região Nordeste Paraense”, no último dia 13 de junho, no Parque de Exposição Pedro Coelho da Mota, em Castanhal. O evento foi uma parceria do Ministério da Integração Nacional e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), com apoio do Banco da Amazônia, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará, Federação da Agricultura e Pecuária do Pará, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Movimento dos Pequenos Agricultores, Governo do Estado do Pará e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

A ideia é construir uma carteira de projetos que será acompanhada por um comitê gestor, que foi eleito na ocasião. A Sudam cumpre, assim, o seu papel de colaborar para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL) do açaí e promover o desenvolvimento regional e a inclusão produtiva da Amazônia, inclusive na estruturação da cadeia produtiva do açaí.

RECURSOS DE CONVÊNIOS DA SUDAM SÃO DEBATIDOS EM BRASÍLIA

A liberação de recursos para contratos de convênios nos municípios dos nove estados da Amazônia Legal foi pauta da agenda da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, em Brasília, no final do mês de maio. Além de uma reunião com o ministro da Integração Nacional, Antônio Pádua Andrade, a agenda ainda abrangeu a participação nos debates da bancada paraense, durante a XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que reuniu cerca de oito mil prefeitos, secretários municipais, vereadores, parlamentares, dentre outros.

Uma reunião no Ministério da Integração Nacional tratou da liberação de recursos do orçamento finalístico da Sudam. O superintendente Paulo Roberto Correia, participou, ainda, da XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Os prefeitos levaram as demandas federais para serem debatidas em reunião, com a bancada de senadores e deputados federais que representam o Pará no Congresso Nacional. Além disso, Correia discutiu a liberação de recursos para contratos de convênios nos municípios dos nove estados da Amazônia Legal.



FUNDOS REGIONAIS SÃO DEBATIDOS EM BRASÍLIA

Entraves e propostas de melhorias na operacionalização e governança de Fundos Constitucionais estavam na pauta do Grupo de Trabalho (GT 2), que reuniu representantes da Casa Civil da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda, Planejamento e da Integração Nacional, além das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene) e do Centro Oeste (Sudeco). A reunião foi realizada no dia 07 de maio, no Ministério da Fazenda, em Brasília. O superintendente da Sudam, Paulo Correia, esteve presente e ressaltou a importância da participação da instituição no GT.

Na reunião foi apresentado um balanço dos resultados obtidos durante os cerca de 30 anos de existência dos fundos e foram discutidas sugestões de melhorias. O GT é um dos três grupos criados a partir de recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) para discutir e propor uma revisão geral da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com a criação de uma rede de gestão compartilhada entre as instituições, bem como a ampla revisão dos mecanismos operacionais e estratégicos dos fundos regionais.

OBJETOS PADRONIZADOS GARANTEM AGILIDADE NOS CONVÊNIOS

Melhorar o desempenho e aumentar a agilidade no processo de celebração de convênios nos Estados da Amazônia Legal é o objetivo de um estudo que formulou a padronização de objetos nos contratos celebrados com a Sudam e que foram apresentados no dia 12 de abril. O estudo foi desenvolvido pela Coordenação de Convênios e Monitoramento (CGCOM).

Para “Convênios de aquisições”, as unidades que compõem o plano de trabalho do objeto padronizado estão descritos com o valor máximo por Estado da Amazônia Legal. Os itens foram adotados da lista do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), com a inclusão de implementos agrícolas. Foi feita uma média de custo por estado, o que facilita o trabalho. Os modelos e critérios de objetos padronizados para celebração de convênios podem ser encontrados no site da Sudam, no item Convênios e Transferências, do site (www.sudam.org.br).



SUDAM TRAZ BENEFÍCIOS AO ACRE

Uma agenda de compromissos foi firmada pelo superintendente do Desenvolvimento da Amazônia, Paulo Roberto Correia, no estado do Acre, no início de maio. A primeira reunião de Correia foi na sede da Associação dos Municípios do Acre (Amac), quando foram apresentados alguns resultados dos convênios e incentivos fiscais nos últimos 10 anos e a expectativa de ações para 2018. Com os incentivos fiscais, entre 2007 e 2018, a Sudam atraiu quase R\$12,5 bilhões para o estado. Entre 2015 e 2018, as empresas do Acre receberam redução fiscal de 75% de IRPJ no valor estimado de R\$ 20 milhões, ou seja, R\$ 5 milhões a cada ano. As atividades que foram fomentadas com esse benefício são: alimentos e bebidas, embalagens plásticas, telecomunicações, eletroeletrônica e movelaria.

Oriundos de emendas parlamentares, os convênios são responsáveis pelo alcance do valor global de mais de R\$33 milhões, no período de 2015 a 2018. O valor foi usado para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, de barcos com motores, pavimentação de ruas, construção de feiras e mercados municipais, implantação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, entre outros.

Estudos de Microeixos do Transporte de Carga no Acre – Outro ponto da agenda no Acre foi a apresentação do Estudo dos Microeixos de Transporte de Cargas, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Acre (Fieac). O estudo foi idealizado e apoiado pela Sudam, em parceria com a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), com o objetivo de identificar projetos logísticos prioritários para investimentos no estado. Com os resultados apresentados, a expectativa é de possibilitar a redução de custos de transporte, o aumento da competitividade e contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento com sustentabilidade do Acre.

ORGANIZAÇÕES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS SÃO CADASTRADAS NA SUDAM

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) cadastrou cooperativas e associações de coleta seletiva interessadas em receber resíduos recicláveis, como papel, papelão, plástico e metal. Participaram entidades formais e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que têm na catação sua única fonte de renda e que não possuem fins lucrativos. A destinação dos resíduos recicláveis obedece ao Decreto nº 5.940/06, que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.

Por ano, a Sudam disponibiliza 1,4 mil kg de papel/papelão, 310 kg de plástico, 130 kg de metal e 210 kg de cartucho. A Sudam acompanha a atuação das habilitadas por meio de relatórios periódicos. Como o conceito é de coleta solidária, há materiais que a instituição não disponibiliza, mas que os servidores podem disponibilizar, como determinados tipos de plástico, por exemplo, de acordo com o conceito de solidário.



AGENDA DA SUDAM EM BRASÍLIA BUSCA MELHORIAS PARA O MARAJÓ

A elaboração de um contrato específico do Programa Luz Para Todos e a realização de melhorias na infraestrutura elétrica no Arquipélago do Marajó foram pontos da pauta de reuniões realizadas pela Sudam com representantes da bancada paraense na Câmara dos Deputados e do Ministério de Minas e Energia nos dias 20 e 21 de junho, em Brasília. A Sudam foi representada pelo coordenador-geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento, Flávio Blanco, e pela servidora lotada em Brasília, Érika Leite.

Foram entregues documentos elaborados pela autarquia que pautavam, dentre outros pontos, a elaboração de um contrato específico do Programa Luz Para Todos para o Marajó, assim como melhorias na infraestrutura elétrica. Os assuntos debatidos em Brasília estão entre as prioridades destacadas no Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, no qual a Sudam exerce a Coordenação-Executiva do Comitê Gestor de Políticas Intersectoriais.

CONDEL GARANTE MAIS INVESTIMENTOS PARA A REGIÃO NORTE

A 18ª reunião do Conselho Deliberativo (Condel), da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) foi marcada pela aprovação de R\$3,2 bilhões de reais para projetos de energia solar e R\$1,3 bilhão para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Contou com a presença do presidente da República, Michel Temer e aconteceu dia 4 de abril, no Palácio do Planalto, em Brasília. O Condel foi presidido pelo, à época, ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho e pelo superintendente da Sudam, Paulo Roberto Correia.

A autorização de linhas de crédito para pessoas físicas financiarem a compra e instalação de placas para captação de energia solar receberá recursos oferecidos pelos Fundos Constitucionais, com juros abaixo das taxas de mercados, possibilitando que moradores da região norte possam ter acesso ao financiamento por meio do Banco da Amazônia. Já a aprovação que beneficia os estudantes que almejam o ensino superior, garante recursos para a oferta de 120 mil vagas no FIES.

O Condel renasceu em 2008 como um fórum de debate de assuntos relevantes para a região e sempre esteve atuante, aprovando, ainda que ad referendum, atos que são de importância indiscutível para o desenvolvimento da Amazônia e cumprindo e fazendo cumprir prazos e determinações legais para esse fim. A efetividade do Condel é permanente, principalmente na atuação dos conselheiros, dos representantes das entidades e para a equipe técnica que trabalha na confecção de pautas, resoluções e acompanhamentos de prazos e exigências legais.



EXPEDIENTE



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO NACIONAL

GOVERNO FEDERAL

INFORMATIVO SUDAM 2º TRIMESTRE 2018

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E MARKETING INSTITUCIONAL - Ascom

Chefe de Comunicação: Larissa Neiva Lobato

Equipe Ascom: Jean Velasco, Jade Coelho, Élica Fleury, Ana Beatriz Mácola, Marilena Vasconcelos e Célia Almeida.

Textos: Marilena Vasconcelos e Ascom Sudam

Fotos: Ascom Sudam, Arquivo Sudam e Divulgação

Diagramação: Ascom Sudam

Fone: (91) 4008-5459 / 5461 / 5703

E-mail: ascom@sudam.gov.br

Facebook: www.sudam.gov.br/sudambr